

PODER E SABER EM FOUCAULT: UMA REFLEXÃO SOBRE ESSA RELAÇÃO DENTRO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

NEJME NOGUEIRA COSTA¹

Este artigo foi produzido dentro da disciplina "Correntes Modernas da Filosofia da Ciência" e pretende realizar uma análise do pensamento de Michel Foucault sobre a relação saber/poder.

Essa análise estraá associada às relações de poder e saber que se estabelecem dentro dos assentamentos rurais entre os assentados e os profissionais que lá trabalham. Iremos refletir sobre o discurso que define e caracteriza essa relação, tomando como base uma questão bem específica, qual seja, a definição do modo de exploração da terra que objetiva tornar o assentamento uma unidade produtiva..

Foucault quando discute a questão do poder em suas obras, não o trata como algo isolado e abstrato, mas referendando-se, procurando identificá-lo e entendê-lo em práticas concretas. Talvez ele jamais tivesse pensado em relacioná-lo com as experiências vividas em assentamentos rurais, mas esta é a minha referência para entender o poder que perpassa e se exerce nas relações sociais.

O que caracteriza o estudo do poder/saber em Foucault

Consideramos que para entender o poder na perspectiva que iremos analisá-lo é preciso primeiramente nos despirmos de alguns (pre) conceitos, isso significa compreendê-lo a partir do que ele não é: coisa, algo que se possui, lugar que se ocupa.

A questão central da interpretação de Foucault é compreender o poder como algo que se exerce, funciona em rede; não está centralizado no Estado, nem funciona apenas para manter relações de produção e reprodução de uma classe sobre outra.

Foucault viu delinear-se, a partir de suas pesquisas, que o Estado não é o foco central do poder. Existem formas de exercício do poder diferentes do Estado, que podem ou não está a ele articulado de modos variados, sendo indispensáveis a sua sustentação e atuação eficaz.

¹ Aluna do Curso de Mestrado em Educação da UFC.

A razão é que o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa. (...) É que nem o controle, nem a destruição do aparelho de Estado, como muitas vezes se pensa – embora, talvez cada vez menos – é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade. (Machado in Foucault: 1988:XIII)

Ele procura dar conta do nível molecular do exercício do poder, **sem** partir do centro para a periferia, do macro para o micro. Para ele esse tipo de análise caracteriza-se como **descendente**, no sentido de que, o poder parte do Estado até os escalões mais baixos da sociedade.

Foucault propõe-se a partir da especificidade da questão colocada, a analisar como esses micro poderes, que possuem tecnologia e história específicas, relacionam-se com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado. Realiza, então, uma análise **ascendente**, estudando o poder não como uma dominação global e centralizada, que de forma homogênea se difunde e repercute nos outros setores da vida social, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar.

Assim como o poder, as possibilidades políticas de saberes específicos podem ser encontradas não por uma relação direta com o Estado, considerado como aparelho central e exclusivo do poder, mas por uma articulação com saberes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de atuação, que estaria no nível das instituições.

O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição de saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, ... (Machado in Foucault: 1988: XIV)

A visão não é de diminuir o papel do Estado nas relações de poder existentes na sociedade, mas desmistificar a idéia de que seria ele o foco central e único do poder. Trata-se de situar o poder em outro lugar que não o Estado. O interesse de sua análise é evidenciar que os poderes não estão localizados em um ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos e mecanismos a que ninguém escapa. Daí a idéia de que o poder não é algo que se possui ou detém, como coisa ou propriedade. Não existem de um lado, os que detém o poder, e de outro, os que dele estão alijados. Embora, uns o exerçam mais que outros. *Sem dúvida devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados. (Foucault, 1985:89)*

“O poder”, quando assim se refere Foucault, não significa um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição a um Estado determinado. Não é um sistema de sujeição de um indivíduo sobre outro, de um grupo sobre outro, de uma classe sobre outra. Ele corresponde a multiplicidade de correlações de forças, a uma situação estratégica complexa numa dada sociedade. Ele não está no Estado, nem irá necessariamente partir dele, mas por ser um palco privilegiado de relações, as estratégias podem vir através dele a institucionalizarem-se.

Entender o poder dentro de qualquer correlação de forças é uma das idéias chaves do pensamento de Foucault.

Devido à mobilidade da correlação de forças e a sua desigualdade imanente induz-se a estados de poder, porém, instáveis.

Não existe o poder em si, mas sim, práticas ou relações de poder. Ele é algo que se exerce, efetua e funciona como uma espécie de maquinaria que alcança toda a estrutura social. Caracteriza-se por ser onipresente: o poder está em toda parte. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação.

O caráter relacional do poder define que as lutas contra seu exercício não são de fora, do exterior, pois nada está isento de poder. As lutas que se travam para o seu exercício produzem resistência dentro da rede de poder. Formam um tecido que atravessa as extratificações sociais e as unidades individuais.

As relações de poder reproduzem atos negativos, como: reprimir, explorar, recalcar. E também possuem uma positividade: adestrar, aprimorar, controlar. Os efeitos dessa positividade são econômicos e políticos: maximiza a utilidade econômica do homem no trabalho e diminui sua capacidade de revolta e resistência, tornando-o dócil politicamente. Seus efeitos compõem portanto, elementos reguladores.

Essa regulação dar-se-á também em nível do pensamento e não só de condições objetivas, pois um tipo de saber é produzido nas relações de poder que se exerce. O indivíduo é então, produto do poder e do saber.

O autor nos coloca que o poder é produtor de uma individualidade, mas não é todo poder que se individualiza, mas um tipo específico: o poder disciplinar.

Fruto dessas relações, não pode o homem produzir e reproduzir um saber neutro, todo saber possui um referencial político. Mesmo que os sujeitos não se dêem conta disso.

Até aqui nos interessa compreender que saber e poder implicam-se mutuamente. As relações de poder propiciam a constituição de um campo de saber, assim como, onde há saber novas relações de poder são constituídas.

Saber e poder no cotidiano dos assentamentos

Em uma sociedade dividida em classes, a luta entre essas classes constitui na força motriz de seu desenvolvimento. Entender a luta pela reforma

agrária dentro dessa sociedade é compreendê-la enquanto processo contraditório de transformação das estruturas de poder, podendo atender a interesses antagônicos, a depender da correlação de forças numa determinada conjuntura.

A luta pela terra de trabalho não se reduz simplesmente a conquista da propriedade, mas de fazer dela um espaço de libertação, de emancipação do homem, que se dá na prática. O que só é possível primordialmente pela compreensão do sujeito de sua realidade.

A interpretação dessa realidade também faz parte da correlação de forças, pois a própria história está em constante conflito com a consciência que dela tem os homens.

Iremos aqui discorrer sobre algumas experiências vividas pelos assentados, evidenciando nelas essa teia de relações saber/poder em nossa sociedade.

Antes de serem assentados, muitas dessas famílias já viveram alguma relação patronal. Os agricultores que trabalhavam para terceiros, nos mais diversos regimes e funções, estabeleciam com o patrão uma relação onde se configurava o poder/saber. O patrão exercia seu poder sobre o agricultor porque era dono da terra e dos meios de produção. Seu saber é proveniente da vivência no campo e do gerenciamento de negócios. O poder exercido por ele está relacionado a necessidades econômicas e políticas. Interessa a ele que o agricultor seja útil e dócil. A lei do patrão expressava-se ora repressiva, ora "generosa".

Sair da condição de simples agricultor com patrão para ser trabalhador rural assentado, não o faz escapar de relações de dominação. Como dito anteriormente, o poder perpassa as relações de forças e no assentamento novos confrontos irão surgir, ele se confrontará com: outros assentados, lideranças, militantes, profissionais e entre outros o próprio Estado.

Gostaríamos aqui de nos determos especialmente, nas relações que são estabelecidas entre os assentados e os profissionais que trabalham nos assentamentos (para os quais também utilizaremos o termo "técnico").

Ao chegar no assentamento o trabalhador depara-se com o exercício de outro tipo de poder, o que vem da academia, oriundo do saber científico.

Os técnicos que trabalham nos assentamentos possui um saber acumulado pelos anos de estudo nas universidades ou escolas agrícolas. Poderá ele então, por valorizar a racionalidade científica, não levar em consideração no exercício de suas práticas, o saber que o assentado tem, que é diferente do seu. Se desejar, procurará impor seu saber, utilizando-se do conhecimento que detém, pois é ele que elabora projetos; instituído do poder do Estado, concede e libera recursos; conhece novas tecnologias para aumento da produção e da produtividade; sabe relacionar-se com as instituições, inclusive financeiras; é o "doutor".

Mas o assentado também é detentor de um saber, que possui uma lógica não apenas baseada nas experiências do passado, mas em elementos de explicação da mudança e das inquietações sociais. No entanto, por terem sido socializados em relações de dominação, onde a lei não está dissociada da figura do empregador, quando se reconhecem sem patrão, surgem dificuldades de

socializarem-se em relações democráticas. Uma primeira tendência pode ser a de relacionar a instituição pública, seus representantes, no caso o INCRA, como o partão.

Um dos principais problemas vivenciados pelas famílias assentadas, muito provavelmente o maior, está na organização do trabalho na terra, que compreende sua forma de exploração.

Essa pode se dar sob três regimes: individual, coletivo ou misto. O individual corresponde ao parcelamento da área, ou seja, a terra é dividida em lotes iguais no tamanho, para serem explorados individualmente. No sistema coletivo não há áreas individuais, a terra deve ser explorada por todos, organizando-se para isto: o planejamento, execução e distribuição das atividades, a comercialização, etc. No Ceará – argumentando-se como principal fator a diversidade das terras (tipos de solos), que podem ser propícias ou não para a agricultura, além do fato da distribuição dos recursos hídricos – a exploração da terra é baseada no regime misto. Nele existem áreas destinadas à produção individual de culturas de subsistência, na maioria milho e feijão, e as melhores áreas, onde pode-se alcançar uma boa produção, são destinadas à exploração coletiva. Nela todos irão trabalhar, organizar o trabalho, para que possam atingir bons resultados econômicos e sociais.

Quando os trabalhadores chegam ao assentamento, recebem orientação dos técnicos do INCRA, quanto a forma de exploração da terra. Após várias discussões em reuniões chegam a conclusão de que o modelo misto é a melhor opção para o desenvolvimento sócio-econômico da propriedade. E o melhor tipo de organização para a comunidade seria através da associação. No entanto, por trás desse discurso estão também relacionadas questões objetivas, como por exemplo, a chegada dos créditos de implantação, que geralmente são liberados através do depósito do recurso em conta corrente da associação.

Esta referência no coletivo também está presente na fala dos militantes do MST, reforçando a ideologia do próprio movimento quanto a importância do associativismo, de práticas cooperativas e da própria consciência organizativa, na qual, os trabalhadores que vinham de uma situação individual de exploração, podem agora se unir para superar essa condição.

Percebemos até aqui, que os saberes produzidos sobre a questão da terra (por técnico, patrão, militante) respaldam-se para sua realização prática em relações de poder, construídas ou não democraticamente.

Pretendemos então refletir, com base nas análises de Foucault sobre o poder e o saber, que elementos compõem esse discurso, que também se reflete nas práticas dos profissionais que trabalham nos assentamentos, nas quais estão imbuídas relações de poder/saber.

Desejamos também contribuir principalmente, para uma reflexão do papel do técnico para a reforma agrária, e do sentimento de podermos objetivamente estar construindo novas relações sociais, onde o poder não sirva somente para dominar/domesticar, mas para produzir novos saberes, tanto para os assentados como para os profissionais.

O intelectual e a verdade

A proposta de Foucault é fazer uma genealogia das relações de poder, mas não iremos nos deter com profundidade a isso neste trabalho. Iremos apenas entender o que é essa genealogia e posteriormente o papel do intelectual, ligado a questão do discurso e da verdade.

Para ele a genealogia é uma forma de história que dá conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios do objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história.

Durante muito tempo os intelectuais ditos “de esquerda” tomaram a palavra e viram reconhecido seu direito de falar como donos da verdade e da justiça. Ser intelectual era um pouco ser a consciência de todos. Pretendiam portanto, ser portadores de uma universalidade, consciente e elaborada. O proletariado também pretende ser dono dessa universalidade, porém, de forma obscura e coletiva, enquanto o intelectual de forma clara e individual.

Há muitos anos não se demanda do intelectual este papel. Um novo modo de relação teoria e prática, requer que no lugar do universal os intelectuais habituem-se a trabalhar em pontos precisos que os situem (seja nas situações de trabalho ou da vida cotidiana: hospital, universidade, família, etc.). Isso leva o intelectual a uma consciência muito mais concreta e imediata das lutas, a depararem-se com problemas mais específicos e muitas vezes diferentes das massas. Foucault fala do intelectual “específico” em oposição ao intelectual “universal”.

Considerar o intelectual “específico” possui uma significação política muito relevante, pois permite que outras categorias profissionais possam se rearticular, e assim, produzir saber. O escritor deixa de ser o intelectual por excelência e a partir da atividade específica de cada um (médico, assistente social, psiquiatra, etc.) podem se articular ligações transversais de saber para saber, proporcionando uma politização global dos intelectuais.

A relação do intelectual com a instituição localizada e o fato de ser portador de um saber científico é o que permite que ele possa intervir, assumir uma posição específica na ordem do saber e o levar a constituir-se em um perigo político.

Assim, o profissional que está ligado à reforma agrária, ao ser portador de um saber específico que pode contribuir no processo de organização social e produtiva do assentamento, ao assumir uma posição de situar o seu saber a serviço dos trabalhadores, no sentido de fazer uma reforma agrária dentro da compreensão dos movimentos sociais, constitui-se num perigo político para aqueles a quem não interessa fazer a verdadeira reforma agrária.

Foucault fala do intelectual no sentido político da palavra e não sociológico ou profissional. O intelectual é aquele que faz uso do seu saber, de sua competência, de sua relação com a verdade nas lutas políticas.

Em Foucault a noção de verdade está presente como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A idéia de “verdade” está ligada circularmente a sistemas de poder, que produzem e apoiam essa verdade, bem como, a efeitos de poder que a induzem e reproduzem. O regime da “verdade” foi condição de formação e desenvolvimento do capitalismo e também funciona em países socialistas.

Ele considera que a verdade não existe fora do poder ou sem o poder. Ela é real e produzida devido a múltiplas coerções, nela se produzem efeitos regulamentados de poder. A idéia de verdade está ligada a idéia de regulação. Cada sociedade possui seu regime de verdade, sua “política geral” da verdade. Nas sociedades são produzidos discursos que são tomados como verdadeiros; mecanismos e instâncias para distinguir o verdadeiro do falso; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto da verdade. A verdade produz então a moral e a ética de uma sociedade, propondo ser assim hegemônica.

O intelectual na sociedade não é o “portador de verdades universais”, mas ele ocupa uma posição específica ligada às questões gerais da verdade. Mesmo atuando num contexto local pode acarretar efeitos mais gerais, que diz respeito à posição da verdade nas sociedades.

A função do intelectual é importante mas deve ser reelaborada. Ele é obrigado a assumir responsabilidades políticas, não só de criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou tendencialmente relacionar sua prática a uma ideologia justa, mas de saber se é possível constituir uma nova política da verdade. *O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.* (Foucault, 1988: 14)

O erro está na própria verdade, trata-se então de desvincular o poder da verdade das formas hegemônicas no interior das quais ela funciona.

Essa reflexão chama atenção pela posição importante que ocupa o intelectual na sociedade e no enfrentamento da verdade e das formas de hegemonia sociais, econômicas, políticas e culturais. Reforçamos que a posição desse intelectual não deve se limitar às questões mais gerais, mas também locais, que se realizam no cotidiano.

O intelectual possui um discurso que produz efeitos de “verdade”, que tanto pode legitimar as condições de dominação e opressão da sociedade, como pode favorecer a criação de um saber que irá pensar a superação das atuais condições de opressão existentes. Concordamos com Foucault quando diz que o poder, longe de impedir o saber, o produz. E acrescentamos que esta produção do saber não é individual, mas coletiva. O indivíduo pode favorecer que o outro produza um saber diferente do que possuía anteriormente. Este saber produzirá também novas relações de poder.

A representatividade do discurso

Iremos discorrer agora sobre a questão da representatividade do discurso, referenciando-nos no fato de que o profissional/técnico pode muitas vezes, em suas práticas, colocar-se no lugar do assentado, falar em seu nome ou fazer por ele.

Foucault, bem como Deleuze, vivem de maneira nova as relações teoria e prática. Concebem a prática não como uma aplicação da teoria ou que esta devesse inspirá-la. As relações teoria- prática são muito mais parciais e fragmentárias, que totalizadoras. A teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio, e só passa a um domínio diferente quando encontra obstáculos que tornam necessários que seja revezada por outro discurso. *A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um conjunto de revezamentos de uma prática a outra.* (Deleuze in Foucault: 1988: 69-70)

No cotidiano de alguns profissionais, acontece muitas vezes de chegarem ao assentamento com uma série de teorias prontas para serem colocadas em prática. Até levam em consideração que precisam antes conhecer a realidade para depois agir sobre ela. Até aqui tudo bem. Após conhecê-la procuram quais conhecimentos melhor se adequarão àquela realidade. Analisam quais tecnologias irão transformar a realidade com a qual se depararam.

O que acontece é que não podemos neste momento supervalorizar nosso conhecimento em detrimento de outro. Corremos o risco de nos colocarmos no lugar do outro, representando o que poderia ou deveria ser o seu pensamento. Estamos negando ao outro a sua condição de sujeito.

É necessário para que nosso saber não exerça uma relação de imposição sobre o saber do assentado, que saibamos dar-lhe o poder da fala. Exercer um poder que permita ao outro expressar seu conhecimento, que também possui uma lógica e uma racionalidade. Racionalidade essa não tão apurada e metódica como a científica, mas que tem sua razão de ser.

No entanto, facilitar o processo do outro também se descobrir e fazer-se sujeito através da fala e da exposição de idéias, não se resume ao saber ouvir, para posteriormente, fazermos com que os trabalhadores concordem com tudo o que havíamos dito anteriormente. Quando assim acontece nossa teoria continua sendo absoluta, totalizadora.

Reconhecer o discurso do outro significa dizer que a nossa teoria encontrou um obstáculo que tornou necessário outro tipo de discurso, que nos permitirá passar a um domínio diferente do nosso.

Os profissionais muitas vezes desenvolvem trabalhos que são de competência dos próprios assentados. Trabalhos que deveriam caracterizar relações de poder entre assentados, que neste caso seriam mais equilibradas, mas quando exercidas entre técnicos e assentados, tornam-se relações autoritárias, a nível patrão-empregado. O técnico exercendo um poder que não é o seu o faz por necessidade de afirmar-se, refletindo a deficiência que tem em exercer o seu próprio papel. Queremos aqui, dizer que a incompetência profissional pode

levar o sujeito (técnico) a realizar determinadas atividades que não são suas, porque não podendo mais estabelecer com os assentados relações que tenham como base o seu saber profissional, irá procurar outras fontes de exercício de poder para firmar-se, sentir-se e fazer-se útil na comunidade. Mas não são essas posições do profissional que os assentados precisam, assim ele estaria tomando o lugar do patrão. Todo saber assegura o exercício de um poder e cada vez mais se exige que ele se torne competente.

Se nos colocarmos no lugar do outro para expressar a sua consciência, estamos fazendo parte do sistema de poder que barra, proíbe e invalida o discurso do trabalhador. As massas possuem um saber e sabem exprimi-las, é notório quando vemos as negociações dos movimentos sociais com o governo. Como coloca Foucault (1999:71):

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “ um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso.

É assim que a teoria deixa de ser expressão e aplicação de uma prática, para tornar-se efetivamente uma prática. Podemos em uma realidade local e bem definida, lutar contra o poder que oprime e a favor do que liberta. A teoria é uma caixa de ferramentas, que deverá ser utilizada. E se essa teoria, como sistema regional de luta, não puder ser utilizada na realidade, outras teorias poderão ser construídas.

Considerações Finais

Em uma passagem da *Microfísica do Poder* (cap. XI) Foucault fala da importância do saber do dominado. Entende por saber dominado aquele que havia sido desqualificado como incompetente ou insuficientemente elaborado, que numa hierarquia estaria colocado a baixo do nível de cientificidade. A insurreição desse saber, juntamente com o erudito, num período de intensa criticabilidade, foi o que realmente realizou a crítica. Tratava-se na realidade do saber histórico da luta. A genealogia seria portanto, quem iria valorizar estes saberes históricos, tornando-os capazes de oposição e de luta contra a hierarquização científica do conhecimento e de seus efeitos intrínsecos de poder.

Em suma, é no discurso que se articulam saber e poder. No entanto, não devemos conceber o discurso como dividido entre admitido e excluído, dominante ou dominado; mas considerar a multiplicidade de elementos discursivos. Essa multiplicidade dentro da correlação de forças é o que permite que cada um possa, em determinadas situações estratégicas, ocupar ou não um lugar mais favorável aos seus interesses.

Os discursos não são submetidos para sempre ao poder, podem também estar opostos a ele. Podem ser ao mesmo tempo instrumento e obstáculo do poder, ponto de resistência e ponto de partida. Isso faz parte de um jogo complexo e instável no campo da correlação de forças.

Quando os assentados falam dos problemas que encontram nos assentamentos, principalmente no modo de exploração da terra, eles passam a construir novas teorias. A partir do momento que eles falam das novas experiências de vivências comunitárias, das novas aprendizagens decorrentes da sua situação de trabalhador rural assentado, dos problemas enfrentados, das expectativas que tinham e de como as coisas aconteceram na realidade, vão elaborando seus discursos ou como diria Foucault um contra-discurso. A questão do modo de exploração da terra pode ser elaborada também pelos assentados.

Bibliografia

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
 _____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal. 1985.